

Eficiência energética é uma aposta defendida por PS, PSD, CDU e BE

24 de Janeiro, 2022

Duarte Alves (CDU), João Galamba (PS), Jorge Costa (BE) e Salvador Malheiro (PSD) aceitaram o convite da APREN (Associação Portuguesa de Energias Renováveis) e da AP2H2 (Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio) e defenderam as posições dos seus partidos no que à Transição Energética diz respeito, em antevisão às eleições legislativas do próximo dia 30 de janeiro.

Segundo uma nota divulgada pela APREN, o debate com transmissão online decorreu na tarde da passada quinta-feira, 20 de janeiro, e teve como tema: “Transição Energética”.

O PS, representado por João Galamba, atualmente secretário de Estado Adjunto e da Energia, defendeu a necessidade de acelerar a capacidade instalada de renováveis, sobretudo de solar, eólica *onshore* e *offshore*, em substituição do gás natural. “O eólico offshore parece ser uma área de grande potencial. Tem algo que o solar não tem e que o hidrogénio também traz associado: um enorme desenvolvimento industrial associado”, sublinhou o dirigente, citado numa da APREN.

João Galamba destacou ainda que muito dos investimentos já são rentáveis e não carecem de apoios públicos, que podem ser destinados a outras matérias, como os gases renováveis. “Uma grande ou média empresa não precisa de apoios para instalar painéis fotovoltaicos. Pagam-se em três ou quatro anos ou ainda em menos tempo atendendo aos preços de eletricidade que temos hoje no mercado”. O foco deve ser, por isso, a eficiência energética dos edifícios e dos processos produtivos. “Essa é uma área com payback mais longo, que nem sempre seria reforçada se não houvesse apoios públicos”, declara.

Em representação do PSD, Salvador Malheiro, atual presidente da Câmara Municipal de Ovar, concorda com a mesma visão: “Não há quilowatt mais barato do que aquele que conseguimos evitar”. Por isso mesmo o PSD já propôs que se apostasse na eficiência energética com o apoio fundos europeus.

A CDU defende, igualmente, a aposta na eficiência energética, com o apoio do Estado, nomeadamente para proteger os consumidores mais frágeis. Duarte Alves, deputado da CDU, lembra que este é um dos vetores principais no caminho para a transição energética: “Por ser um investimento com retorno a mais longo prazo exige investimento público mais determinado”. Para a CDU esta transição energética deve assegurar a segurança de abastecimento proporcionando ao mesmo tempo preços mais baixos de energia às empresas para que “não mexam nos salários com o argumento de que precisam de ser mais competitivas”.

Para ajudar a resolver o problema dos preços, nomeadamente junto da população mais desfavorecida, o Bloco de Esquerda sugere a instalação de sistemas de

autoconsumo comunitários em edifícios do Estado, seguindo a lógica das empresas de serviços energéticos. “Esse modelo pode ser aplicado pelo próprio Estado com taxas de rentabilidade relevantes do ponto de vista da receita pública”, realçou o deputado Jorge Costa.

Outra ideia do Bloco de Esquerda, segundo a nota divulgada pela APREN, passa por aproveitar os edifícios públicos para instalação de sistemas fotovoltaicos. Esta seria outra forma de atingir os níveis de produção descentralizada previstos no PNEC (Plano Nacional de Energia e Clima).

Na sua intervenção, o PSD urge também sublinhou a importância de se desburocratizar. “A transição energética deveria ser acompanhada de uma transição digital e de eficiência administrativa, designadamente em instituições que são relevantes nesta matéria, como a DGEG. Temos dificuldades enormes ao nível dos recursos humanos, mas também ao nível dos procedimentos”, lamenta Salvador Malheiro. O PSD propõe um “portal único de licenciamento” para agilizar os processos que possa tirar partido da inteligência artificial.

Todos concordam que a transição energética é uma oportunidade de recuperação da economia com vantagens socioambientais. É também, sobretudo – e sem isso dificilmente teria sucesso – “uma enorme oportunidade de desenvolvimento económico, industrial e tecnológico para o nosso país”, frisou João Galamba.

O debate terminou com o tema da energia nuclear sobre a mesa. De acordo com a APREN, esta é uma opção que a União Europeia trouxe para a praça pública enquanto possível opção limpa para catapultar a transição energética. Mas também aqui a opinião é unânime entre os quatro partidos representados: “Nuclear? Não obrigado!”.